

Agrupamento Vertical “À Beira Douro”

Abaixo-assinado

10 de Novembro de 2008

**Exm.^a Senhora Presidente do Conselho
Executivo**

**Exm.^a Senhora Presidente do Conselho
Pedagógico**

**Exm.os Membros da Comissão de
Coordenação da Avaliação de Desempenho**

No exercício do seu direito à opinião e à recomendação sobre as orientações e o funcionamento do estabelecimento de ensino e do sistema educativo (consagrado na alínea a) do nº 2 do Artº 5º do Estatuto da Carreira Docente (ECD)), no cumprimento do seu dever de reflexão sobre o trabalho realizado, e tendo em vista melhorar as práticas e contribuir para o sucesso educativo dos alunos, os professores e educadores deste Agrupamento abaixo-assinados vêm, por esta via, dar conta do seu “estado de alma” relativamente às recentes alterações legislativas impostas pela tutela no domínio da educação. Importa referir que só agora o fazemos, muitos meses após a entrada em vigor do novo ECD, quase um ano depois do início da (intensa) discussão sobre o novo modelo de Avaliação de Desempenho Docente (ADD) e largos meses após a publicação do diploma que define o novo modelo de gestão e autonomia das escolas. Todo este tempo foi dedicado à análise dos diplomas e à discussão aturada sobre grelhas, parâmetros, itens e descritores, o que nos confere acrescida legitimidade para a tomada de posição que agora assumimos. A postura responsável de que temos dado mostra deve ser-nos creditada no momento em que emitimos opinião sobre os assuntos em debate.

Começamos por salientar que não nos queremos perder em questões de carácter legal e que podem pôr em causa quer a constitucionalidade dos diplomas quer a observância de artigos do Código de Procedimento Administrativo. **Não queremos suscitar quaisquer dúvidas sobre a integridade humana e profissional de nenhum dos agentes e/ou órgãos deste Agrupamento. Queremos, sim, reflectir sobre os princípios, os objectivos e a regulamentação dos diplomas legais em apreciação.**

Assim, os professores e educadores abaixo-assinados declaram:

1. **Não acreditamos na necessidade da divisão da carreira docente em “professores” e “professores titulares”, introduzida pelo novo ECD. O modelo “hierarquizado”**

que nos foi imposto fere a natureza e a cultura de trabalho cooperativo muito específicas da nossa profissão. Transplantar um modelo de tipo empresarial e universitário para uma escola de ensino público, básico e obrigatório é ter uma visão redutora da nossa missão. Não *produzimos* bens materiais. A nossa “matéria prima” são pessoas. Embora assumindo cargos e responsabilidades diversos ao longo da carreira, não fomos formados nem recrutados para vigiar, controlar e punir os que conosco partilham a viagem. Vemo-nos como uma “comunidade de aprendizagem profissional”: partilhamos valores e uma visão; assumimos responsabilidades colectivas; colaboramos nas aprendizagens mútuas; fazemos o exercício contínuo da reflexão profissional; procuramos a abertura, a transparência e o trabalho em rede; cultivamos o respeito, o apoio e a confiança.

2. **Consideramos que, não bastando os equívocos subjacentes à matriz do novo ECD, a sua regulamentação foi desastrosa.** Na selecção dos “professores titulares”, os critérios de teor economicista sobrelevaram os de carácter pedagógico, deontológico e profissional. Só assim se pode entender que apenas professores/educadores dos últimos três escalões da carreira pudessem ter sido opositores ao primeiro concurso. Excluídos da possibilidade de concorrer, apenas por não terem os necessários anos de serviço, ficaram milhares de colegas que têm dado mostras de possuir as competências, o perfil e o vigor adequados às tarefas de coordenação e supervisão e que têm dado valiosos contributos às suas escolas. O absurdo é tal que um professor com 40 anos de idade e 15 anos de serviço não pode ser coordenador de um Departamento – mas, se assim o entender, pode concorrer à Presidência da República... A isto, somou-se a arbitrariedade de só terem sido considerados para efeitos de concurso os últimos 7 anos de serviço. **Pelo atrás exposto, não nos é possível reconhecer justiça e equidade no processo de selecção dos “professores titulares”. Não podemos aceitar sem denúncia que nos queiram figurantes de uma peça cuja encenação nos foi imposta e cujos protagonistas não foram escolhidos por nós.**

Estes condicionalismos descredibilizam o novo ECD e inquinam, logo à partida, a bondade das intenções do também recente modelo de avaliação de desempenho docente.

3. Não nos afirmamos contra a existência de uma avaliação do desempenho docente. Achamos, até, que a mesma pode dar importante contributo à necessária melhoria das práticas pedagógicas. **No entanto, consideramos que o novo modelo de ADD é excessivo, burocrático, punitivo, falacioso e – pior de tudo – parece-nos que, a longo prazo, pode ter efeitos perversos na qualidade do que mais importa: o processo de ensino-aprendizagem.**

O modo apressado como foi imposto a meio de um ciclo avaliativo representou um desrespeito por toda a classe docente. O modelo, propriamente dito, é de tal modo

complexo e com uma “carga burocrática” tal que fez (e ainda faz) desviar as atenções dos professores da sua principal missão: educar e ensinar.

Além disso, não podemos deixar de apontar os equívocos de que enferma a sua conceptualização: **é punitivo quando devia ser formativo; confunde avaliar com classificar; propicia o desgaste e a exaustão, perfilhando uma lógica quantificadora, em vez de visar a qualidade; fomenta uma tipologia de trabalho individualista em vez de apostar nas virtudes do trabalho colaborativo; acentua o carácter fragmentário do trabalho dos professores, confundindo o todo com a soma das partes; é persecutório em vez de libertador; propicia “dinâmicas de ocultação”, quando devia revelar e remediar as dificuldades; prejudica movimentos de inovação, ao confundir normatividade com normalização.**

Quanto a aspectos mais concretos, somos da opinião de que é pouco sério que os resultados dos alunos sejam considerados para efeitos de ADD. É aceite, por quem de boa-fé, que uma boa parte dos factores que contribuem para o sucesso educativo são exógenos à acção do professor (não o demonstram os rankings recentemente divulgados?...). Aliás, o próprio Conselho Científico para a Avaliação de Professores (CCAP), no ponto 4 das suas Recomendações (Julho de 2008), afirma que *“no contexto de complexidade do processo de aprendizagem, não é possível determinar e aferir com rigor até que ponto a acção de um determinado docente foi exclusivamente responsável pelos resultados obtidos, conforme a literatura científica consensualmente refere”*. **A este respeito, não seria mais sério assumir politicamente o fim das retenções em vez de usar os professores como meios para atingir esse fim?**

E o que dizer da discriminação de que passarão a ser alvo os colegas das disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, inaceitável à luz dos mais elementares direitos de justiça, sujeitos a uma comparação (absurda) das classificações interna e externa dos alunos?

E o que dizer da indirecta penalização (de duvidosa constitucionalidade) das faltas por doença, cumprimento de obrigações legais e nojo? É que, embora estas faltas sejam justificadas, o professor poderá não ter possibilidade de cumprir integralmente os conteúdos programáticos.

E o que dizer das diferenças, por vezes acentuadas, de cargas lectivas e de número de turmas entre docentes do mesmo agrupamento?

4. Durante os largos meses de discussão, em sucessivas reuniões, foi ficando claro para nós a **notória dificuldade em construir instrumentos de avaliação e de registo fiáveis, atendendo quer à quantidade quer à ambiguidade de muitos dos conceitos envolvidos e à sua inexequível mensurabilidade**. A “carga subjectiva” do avaliador está de tal modo presente em todo o processo que se torna problemático, senão mesmo impossível, encontrar soluções que permitam, como manda a boa prática científica, a validação e a aceitação das soluções encontradas. Deste modo, declaramo-nos vulneráveis a todo o tipo de arbitrariedades de quem venha a aplicar os instrumentos e os registos referidos.

Tornou-se claro que o modelo de ADD, se aplicado nos moldes preconizados, não é exequível do ponto de vista dos procedimentos, não é fiável e rigoroso do ponto de vista científico, não é justo e equitativo do ponto de vista dos princípios e, sobretudo, não é desejável do ponto de vista dos objectivos a atingir. Não temos dúvidas de que esta é uma situação potenciadora de conflitualidades, podendo comprometer o excelente clima relacional que se vive neste Agrupamento e do qual tanto nos orgulhamos.

Por fim, e porque não vivemos em “torres de marfim”, queremos afirmar que compreendemos bem que as mudanças em curso têm como fim último uma drástica redução do *déficit* público à custa, nomeadamente, do corte na massa salarial dos professores. Atentos ao mundo que nos rodeia, somos capazes de aceitar o princípio de que apenas os melhores devem atingir o “topo da carreira”. Mas não se pode confundir “topo da carreira” com o último terço da mesma e, através do mecanismo das quotas, barrá-lo a uma larga maioria dos profissionais. Ao fazê-lo, está a atingir-se severamente as legítimas expectativas criadas quando abraçámos a profissão e a gerar um sentimento de revolta e de desmotivação. Não podemos aceitar que, em nome da conjuntura financeira, se transforme o quotidiano de milhares de profissionais da educação num verdadeiro inferno e se ponha em causa a qualidade do nosso trabalho. Como muito bem alerta um recente relatório do CCAP, existe o real *“risco de a avaliação se constituir num acto irrelevante para o desenvolvimento profissional dos docentes, sem impacto na melhoria das aprendizagens dos alunos, que conviria evitar desde o início”*, advertindo acrescidamente para o que – neste início de ano lectivo – retrata fielmente a realidade quotidiana das nossas escolas, traduzida no sufoco da *“burocratização excessiva, [na] emergência ou reforço de conflitualidades desnecessárias e [no] desvio das finalidades formativas e reguladoras que um processo de avaliação do desempenho profissional deve conter”*.

Sabemos todos que, em última análise, quem acabará por pagar a factura serão aqueles que de nós merecem todo o empenho, todo o entusiasmo, toda a motivação: os nossos alunos.

Por considerarmos que o silêncio é o mais perigoso dos equívocos, cumprimos o nosso dever de dar voz ao mal-estar que vivemos pelos dias de hoje.

Finalmente, cientes de que saberão interpretar do melhor modo as nossas palavras, queremos deixar à consideração dos órgãos aos quais nos dirigimos a melhor opção a tomar no que diz respeito ao caminho a seguir.

Gostaríamos, também, de solicitar que esta carta seja dada a conhecer às instâncias superiores e, principalmente, àqueles a quem, em última análise, devemos sempre prestar contas – aos Pais e Encarregados de Educação dos nossos Alunos.

Os abaixo-assinados: